

A DOCTRINA CATÓLICA DO *VERSUS POPULUM* E SUAS HERANÇAS NO ESPAÇO URBANO DAS FREGUESIAS E VILAS RIO-GRANDENSES DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Alberto Yates Moroni¹

RESUMO

A Igreja Católica e o Estado Português estiveram lado a lado ao longo da colonização brasileira e do Império, através do Padroado. Deste casamento, formas urbanas ainda estão presentes na paisagem, explicitamente ou implicitamente. A orientação espacial para onde se abrem as portas da Igreja Matriz dos povoados que nasciam no Rio Grande do Sul ao longo dos séculos XVIII e XIX demonstra que essa localização não era por acaso, mas obedecia a critérios culturais, sociais e econômicos entre os Bispos locais e a elite econômica do povoado que ora nascia. Buscando referências na Semiótica e Geografia Urbana Histórica, este estudo mostra-se mais adequado para a compreensão do espaço urbano simbólico construído pela Igreja Católica.

RESUMEN

La Iglesia Católica y el Estado portugués estuvieron codo con codo durante la colonización brasileña y el Imperio, a través del Padroado. A partir de este matrimonio, las formas urbanas siguen presentes en el paisaje, de forma explícita o implícita. La orientación espacial a la que se abren las puertas de la Iglesia Matriz de los pueblos que nacieron en Rio Grande do Sul durante los siglos XVIII y XIX para mostrar que esta ubicación no fue casual, sino que obedeció a criterios culturales, sociales y económicos entre los bispos locales y la élite económica del pueblo que ahora nacía. Buscando referencias en la Semiótica y en Geografía Urbana Histórica, este estudio se muestra más adecuado para comprender el espacio urbano simbólico construido por la Iglesia Católica.

PALAVRAS-CHAVE

Versus Populum. Igreja Católica. Urbanismo no Rio Grande do Sul. Traçados Urbanos.

INTRODUÇÃO

O casamento entre Estado e Igreja Católica no Brasil, sob a forma do Padroado, desde o início do século XVI, deixou traços visíveis e invisíveis à paisagem urbana brasileira.

A análise minuciosa das formas e funções urbanas nas vilas e cidades coloniais e imperiais no atual estado do Rio Grande do Sul, amparado por uma Geografia Cultural, Urbana e Histórica, nos revela resquícios culturais, simbólicos e religiosos escondidos até então nas entrelinhas.

Assim, torna-se importante estudar e desvendar esse patrimônio geográfico e histórico presente nas Vilas e Cidades gaúchas que nasciam nos séculos XVIII e XIX, desvendando

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

suas funções simbólicas e no que toca ao papel físico e cultural desempenhado pela Igreja Católica e o Estado Português/Brasileiro na organização desse espaço urbano que ora nascia.

Dessa forma, pretendemos analisar o papel do Padroado no Brasil e Rio Grande do Sul, bem como suas heranças no espaço urbano. Pretendemos ainda definir os critérios utilizados na localização e orientação da Igreja Matriz nas Vilas gaúchas que nasciam ao longo do século XVIII e XIX, dentro de uma mentalidade urbana portuguesa, sob a forma de traçados urbanos regulares.

Além disso, pretende-se, por último, analisar a direção desta Igreja Matriz na praça principal da Vila que ora nascia e que seguia a doutrina do *Versus Populum* e sua simbologia.

Na falta de uma melhor nomenclatura, aqui ousamos adaptar esse conceito religioso para explicar que o simbolismo católico explicita-se na paisagem urbana, no que tange à direção das portas da Igreja Matriz dos Povoados, Freguesias e Vilas nascidas no Rio Grande do Sul ao longo dos séculos XVIII e XIX.

METODOLOGIA

Este trabalho caracterizou-se por um levantamento teórico como sua principal base metodológica.

Foram pesquisadas referências na Geografia Cultural, especialmente na Semiótica, além da Geografia Urbana e Histórica. Além disso, foi feita uma ampla pesquisa sobre o nascimento e evolução da Igreja Católica enquanto credo religioso no velho e novo mundo, analisando especificamente a doutrina do *Versus Populum*.

Utilizando-se o método proposto por Lefebvre (1999) de regressivo-progressivo, procurou-se, a partir das indagações do presente, retroceder até momentos pretéritos, lá realizando buscas para as indagações, e voltar ao tempo atual com as respostas.

Além disso, procuramos realizar um recorte temporal entre 1737 (data da instalação da primeira Vila gaúcha), até o início do século XX, quando diminuiu-se a ocorrência dos traçados urbanos regulares em solo gaúcho, mas não a existência do *Versus Populum* no espaço urbano.

Das indagações do pesquisador, procurou-se responder aos objetivos deste trabalho, na Geografia Cultural e em suas subáreas que explicam o papel da simbologia no espaço. Para complementar esta teoria, foram feitas buscas sobre a orientação espacial das Igrejas Matrizes, por imagens de satélite e *in loco*, das atuais zonas urbanas dos municípios gaúchos.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia Cultural apresenta-se como a subárea da Geografia mais adequada para a análise do presente estudo.

Dentro da cultura, a Semiótica, enquanto área do conhecimento dedicada ao estudo dos signos, sua produção e interpretação, apresenta-se como a mais adequada ao estudo de uma mensagem inserida num texto não-verbal urbano, que é constituído de símbolos, sinais e elementos arquitetônicos.

Coelho Neto (apud Rocha, 2003, p. 72) define um signo como sendo “aquilo que representa algo ou alguma coisa para alguém”.

Guiraud (apud Rocha, 2003) comenta que a função dos signos é de comunicar ideias por meio de mensagens verbais e não-verbais. Esta linguagem não-verbal é constituída de “gestos, símbolos, sinais, como recurso de leitura e análise de fatos históricos, sociais, políticos, culturais, econômicos de uma cidade, de uma paisagem, de um lugar” (ROCHA, 2003, p. 72).

Tendo por base que “uma cidade é repleta de signos e ela própria é um signo” (ROCHA, 2003, p. 74), podemos definir, em princípio, que a Igreja Católica e sua forma física, o prédio católico, são signos religiosos presentes no meio urbano.

Rocha (2003) divide os signos em três tipos: os índices, os ícones e os símbolos.

Para a autora, os símbolos falam uma linguagem universal, variando apenas segundo a experiência e percepções individuais.

Assim, notamos que o sentimento católico e seu prédio configuram-se como um símbolo religioso e cultural, presente nas cidades gaúchas do período estudado como uma forma que representa a união entre o céu e a terra, entre humanos e deuses, mas também entre política e sociedade. Enfim, é uma tradução da cultura pretérita.

Ferrara (apud Rocha, 2003, p. 74) comenta que o estudo da transformação urbana é o estudo da memória dos usos que a cidade faz de seus signos, que “dialogam, ao mesmo tempo, com o passado e o presente”.

Levando-se em conta este estudo em Geografia Histórica, Lefebvre comenta que “um duplo movimento impõe-se ao conhecimento: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo)” (Lefebvre, 1999, p. 31). Partimos, portanto, do método

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

dialético analítico regressivo-progressivo, onde os processos históricos pretéritos deixam traços visíveis no espaço atual.

Este método dialético torna-se, então, perfeitamente aplicável a pesquisas em Geografia Histórica. Ele parte do concreto e procura abarcar a totalidade do problema, envolvendo as suas inúmeras variáveis. Sendo assim, o método dialético desenvolvido por Lefebvre busca estudar o objeto (seja a sua forma, função, processo ou estrutura) a partir da análise do presente, e a partir daí busca-se fatos na história que expliquem a formação de tal fato.

Martins (1996) comenta que o método de Lefebvre é composto de três momentos. No primeiro deles, em uma complexidade horizontal, deve-se buscar na paisagem visível a sua descrição e relações sociais. Já a complexidade vertical consiste em procurar no passado as origens de tais relações sociais, que explicam a formação de tal paisagem no presente.

O segundo momento é analítico-regressivo. É quando se estuda no passado as relações e origens dessas na sociedade que existia. E, em um terceiro momento, deve-se retornar ao presente, utilizando-se de todos os conhecimentos produzidos pela pesquisa no passado.

No que tange ao surgimento da Igreja e da praça central nos povoados gaúchos nascidos nos séculos XVIII e XIX, notamos a característica essencial da cidade planejada.

Rocca (2009) classifica os assentamentos urbanos segundo a cronologia, o sítio, a origem, pelo tipo de configuração inicial, e pelo tipo de malha.

Neste sentido, se faz necessário estudarmos a classificação em tipo de malha, que para Rocca (2009, p. 78) pode ser dividido pelo traçado (reticular, ortogonal, quadricular), pela ordem (geométrico, proporcional à regularidade, inversamente proporcional à deformabilidade do traçado) e ainda quanto à dimensão.

Rocca (2002, p. 63) define cinco tipos de malhas urbanas, segundo os tipos de quarteirões: labiríntica, radial, reticular, ortogonal e quadricular.

Aqui definida, compreende-se que a malha ortogonal, sendo aquela em que “cujas ruas se cruzam em 90°, mas a diferentes distâncias e ritmos, formando quarteirões retangulares” e a malha quadricular, “cujas ruas se cruzam em 90° e na mesma distância nos dois sentidos, formando quarteirões quadrados” (ROCCA, 2002, p. 64) foram os dois modelos de traçado da malha urbana aplicados ao Rio Grande do Sul desde o século XVIII.

Esse rompimento com a ideologia medieval, no que tange ao planejamento urbano, para Portugal, coincidiu com o fim da União Ibérica (1580-1640) e a retomada da sua independência. Assim, em 1647 D. João IV instituiu a Aula de Fortificação e Arquitetura

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

Militar, em Lisboa, visando reforçar e construir fortes militares ao longo da fronteira de Portugal com a Espanha.

Rhoden (2017, p. 41 - 42) aponta o engenheiro militar Luís Serrão Pimentel como o fundador do método lusitânico de desenhar fortificações, a partir de influências italianas e espanholas (como as *Ordenanzas de Población*, de 1573), além da evolução natural das ideias contidas nas Ordenações Afonsinas (1446) e Manuelinas (1513).

O ponto nevrálgico na evolução das reformas urbanas portuguesas foi o terremoto ocorrido em 1755 e sentido fortemente em toda península ibérica. Os engenheiros militares da Aula de Fortificação são convocados a fornecer um plano de reconstrução da capital portuguesa, demonstrando seus resultados no ano seguinte.

Rhoden (2017, p. 101-102) salienta que as Ordenações Filipinas esclarecem sobre a existência da Plaza Mayor nos povoados espanhóis, em formato retangular, com quatro ruas saindo desta, e as quatro esquinas voltadas aos quatro ventos principais. Sendo assim, “se a nova cidade estivesse localizada em um sítio na costa do mar, a praça deveria estar junto do ancoradouro do porto e, se estivesse localizada em sítio mediterrâneo, no meio da povoação”. Além do mais, as ruas deveriam ser largas nos lugares frios, e nos lugares quentes deveriam ser estreitas.

Nos primeiros traçados urbanos espanhóis na América a Igreja foi construída na praça central (Plaza Mayor), juntamente com outros prédios públicos, ao contrário do que previa as Ordenações Filipinas e a construção de duas praças na cidade (uma para a autoridade civil e outra para a autoridade religiosa). Para Rhoden (2017, p. 105) o motivo pelo qual a Igreja Matriz ter sido colocada na Plaza Mayor, juntamente com os prédios civis, foi “a forte influência que exercia aquela instituição no contexto colonial hispano-americano e, de resto, no Brasil e em Portugal também”.

Notamos que a experiência portuguesa em traçar planos urbanos no Rio Grande do Sul do século XVIII e XIX também seguiu, em grande parte, o pensamento urbano espanhol. Mas aqui, a variedade de formas urbanas no que toca à forma e quantidade de praças, foi maior.

Poderíamos falar no surgimento do urbanismo rio-grandense a partir de 1737, com a fundação do Presídio Jesus, Maria e José e seu posterior traçado urbano. As primeiras vilas do estado, assim como Rio Grande, tinham o seu traçado urbano definidos, a grosso modo, pelas Cartas Régias, enviadas pelo monarca português diretamente ao capitão donatário.

As Cartas Régias baseavam-se, implicitamente, nas Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuelinas, Filipinas) ou nas práticas dos Engenheiros Militares para definir todo o

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

ordenamento urbano da vila nascente, como a posição da praça central, largura das ruas, posição da igreja, etc. Este plano urbanístico ainda deveria ser submetido ao Conselho Ultramarino, órgão fiscalizador fundado em 1642.

A Carta Régia que foi enviada ao Brigadeiro Silva Pais (fundador de Rio Grande) continha alguns aspectos gerais sobre a organização do forte militar que deveria ser erguido. Baseado na Carta Régia de fundação da Vila de Aracati, no Ceará, um ano antes, ela continha alguns aspectos gerais, mas nada explícito, sobre a ereção da Vila.

No tocante à praça principal esta carta cita que “no meio da dita praça levantará o pelourinho, e aos lados dela ficarão os edifícios públicos” (RHODEN, 2017, p. 114), para logo a seguir, dizer que

[...] quando a igreja, que há naquele porto não possa servir à dita nova vila, demarque tão bem lugar para ela, ou na praça, ou no sítio, que entender mais adequado, e cômodo aos moradores, ... e quando a dita igreja não fique na dita praça, há de, no lugar que para ela destinar, haver não só espaço para adro mas para alguma forma de praça ante a sua porta principal (RHODEN, 2017, p. 115).

A leitura crítica da Carta Régia que elevou a Vila a povoação de Aracati revela a livre iniciativa do governador ou comandante militar a escolher o sítio urbano mais adequado para a construção do sítio urbano, bem como a ereção de uma ou duas praças.

Para Weimer (2004, p. 111), foi “por causa dos açorianos que se passou a uma nova fase do urbanismo rio-grandense, inaugurado pelo governador José Custódio de Sá e Faria, no projeto de São José de Taquari”, em 1767.

Para o autor, o governador à época não implantou duas praças na Vila de São José do Taquari, atual Taquari, mas sim uma praça religiosa (a praça da Igreja Matriz) e a outra civil (que continha o pelourinho).

A implementação das duas praças viria a ser uma das características do urbanismo pombalino iluminista. A ideia inicial do governo português era separar, em definitivo, o Estado e a Igreja. Na prática, nem sempre as diretrizes da metrópole eram seguidas pelos engenheiros militares.

Para Abreu (2005, p. 157) as Cartas Régias que orientavam a fundação das Vilas no período colonial não eram uniformes em todo o Brasil, diferenciando do Estado Espanhol. Salienta Abreu que o Estado Português conferia mais “flexibilidade da forma urbana” a quem viesse a instalar uma Vila no Brasil, motivo das várias personalidades urbanas.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

Rhoden (2017, p. 43) também comenta que o trabalho urbanizador dos engenheiros militares portugueses seguia uma “postura flexível, verdadeiro traço cultural onde à teoria acrescia-se o discernimento e a capacidade de adaptação dos profissionais” ao terreno.

Assim, Weimer (2004, p. 115-116) comenta que a implantação de duas praças levou muito tempo para se concretizar. Em um primeiro momento, foram desenhadas duas praças, como na Vila de Taquari. Em um segundo momento, foram alocadas na mesma praça a Igreja Matriz em um lado, e a cadeia pública e a Câmara de Vereadores, em outro lado da mesma praça.

Em um terceiro caso, a alocação da Igreja estava em um ângulo de 90° em relação à Câmara e à cadeia, mas todos na mesma praça. E em último caso, “a completa separação das funções religiosas das civis aconteceu em poucos casos” (WEIMER, 2004, p. 116) no Brasil.

Ainda faltam estudos de caso nesse sentido, para definirmos a existência em território gaúcho, de uma ou duas praças nos atuais municípios. Das quatro tendências citadas por Weimer, nota-se que as reformas realizadas do século XVIII ao XX desconfiguraram a situação original das praças centrais.

Ao longo do Segundo Reinado no Brasil, notamos ainda o prosseguimento das diretrizes urbanas Pombalinas, agora incumbidos os traçados a serem desenhados pela Secretaria Estadual de Obras, que contavam com inúmeros engenheiros militares, e outros civis, como Phillip von Normann e Friedrich Heydtmann (no caso do Rio Grande do Sul), arquitetos seguidores dos planos regulares, até a década de 1920.

Desse modo, nota-se que a Praça da Matriz, praça central, ou Adro da Igreja no Brasil colônia e Império tinha destacada localização no espaço urbano. O templo religioso, geralmente, era o maior e mais imponente prédio urbano, sempre no sítio mais alto.

Este prédio católico estava geralmente localizado em uma praça isolada ou na praça central, juntamente com prédios civis, demonstrando a aliança entre Estado e Igreja.

Cabe aqui fazer uma divisão histórica da organização territorial do Rio Grande do Sul. Dividimos o surgimento da malha urbana em ordenações políticas e religiosas.

Para todos os efeitos políticos, durante a fase colonial, existia uma hierarquia no surgimento das cidades. Essa hierarquia mostrava-se na existência de Povoados (Arraiais), Vilas e Cidades.

A ocupação de um espaço iniciava-se através da existência de um Povoadado, também chamado de Arraial. Este caracteriza-se pela sua “origem espontânea, resultando do

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

agrupamento de famílias em algumas residências – chamadas *fogos* – que apresentavam certa contiguidade e unidade formal” (ABREU, 1997, p. 213).

A seguir, temos a fundação de Vilas. As Vilas “resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham poder para criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial” (ABREU, 1997, p. 213).

Quando o povoado fosse elevado a Vila, era autorizado a seus habitantes escolherem um santo padroeiro para esta, o que, na maioria das vezes, já existia. A diferença era que, agora, na condição de Vila, o povoado adquiria um centro urbano, um traçado urbano desenhado e planejado, a construção ou reforma da Igreja Matriz, e ainda a instalação da Câmara de Vereadores.

A fundação de Cidades no Brasil Colonial viria a ser uma exclusividade da Coroa Portuguesa ou Imperial Brasileira. Sendo assim, as Cidades a serem fundadas demonstravam interesse geopolítico na sua existência.

Por fim, o conceito de Município adquire tal formato no Brasil apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, a hierarquia religiosa no Brasil Colônia e Império, mostrava, a grosso modo, a existência de:

- Oratórios: disponível em qualquer escala e local, na residência de qualquer pessoa.
- Capelas: encontradas geralmente na residência de pessoas de posses na sociedade da época ou construídas na praça principal do incipiente povoado, já com a adoração e escolha de um santo padroeiro. A Capela principal do povoado teria o direito de ser visitada regularmente por um Pároco da mesma Paróquia, a fim de realizar os ofícios (missas, batizados, casamentos, óbitos).
- Capelas Curadas: consistia na presença permanente de um Pároco residindo no povoado e realizando batizados, casamentos e óbitos.
- Freguesias: quando a Capela era promovida a Freguesia, significava que o número de adoradores daquele santo padroeiro tinha aumentado, sendo necessário a criação de uma jurisdição territorial eclesiástica (a Paróquia, constando de uma Igreja Matriz e várias Capelas distritais) para administrar os ofícios religiosos. Assim, o Vaticano autorizaria no local da criação da Freguesia, que nem sempre tinha o status de Vila, o culto a um santo padroeiro, bem como a construção da Igreja Matriz em caráter permanente e seu local definido no espaço urbano, em comum acordo com as autoridades políticas.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

Sendo assim, Muradás (2008, p. 220) aponta que o Rio Grande do Sul possuía dez freguesias entre 1741 e 1774. São as freguesias que deram origem aos atuais municípios de Viamão (1741), Gravataí (1755), Santo Antônio da Patrulha (1755), Osório (1773), Vacaria (1773), Mostardas (1772), Estreito (atual Bojuru, em São José do Norte, em 1774), Triunfo (1754), Santo Amaro (atual General Câmara, em 1757), Taquari (1760). Além dessas, Rhoden (2017, p. 161) ainda enumera a freguesia que deu origem a Rio Grande (1736) e Porto Alegre (1772)

Além do mais, Muradás (2008, p. 221) ainda levanta a existência de dez Capelas no estado, no interior das Freguesias. São elas que deram origem aos atuais municípios de São José do Norte (1763), Encruzilhada do Sul (1780), Caçapava do Sul (1780), Canguçu (1780), Piratini (1789), Pelotas (1780), Herval (1791), São Gabriel (1790), São Sepé (1794) e Jaguarão (1801).

Uma malha urbana composta por Capelas, Freguesias e Povoados já estava se estruturando em um território português, quando foram criados em 1809 as quatro primitivas vilas gaúchas: Rio Grande de São Pedro, Santa Madre de Deus de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Nesse mesmo ano, Costa (2004, p. 93) define três capelas, dez Freguesias, nove povoados, e quatro Vilas no território gaúcho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. A RELAÇÃO ESTADO-IGREJA EM PORTUGAL E NO BRASIL

Em 1319, “o rei [português] Dom Dinis criou a Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou seja, a Ordem de Cristo” (LIMA, 2001, p. 22).

Mediante o poder adquirido pela Ordem de Cristo, através dos reis portugueses, que eram seus grão-mestres, “na propagação e defesa da fé católica, o papa Calisto III, através da bula *Inter Coetera*, de 13/03/1456, concedeu amplos privilégios de Padroado nas terras que viessem a ser descobertas sob o patrocínio dessa Ordem” (LIMA, 2001, p. 22).

Desse modo, a partir de 1456 a Igreja Católica dá amplo apoio à conquista de terras do além mar. A partir daí, “os interesses da Ordem e os da Coroa passaram a se identificar cada vez mais” (ABREU, 1997, p. 209).

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

Do mesmo lado, O Estado Brasileiro mostrou-se unido à Igreja Católica desde a conquista de Cabral em 1500 até a proclamação da República em 1889.

Esta união provinha de um longo processo de cristianização da península Ibérica, e mostrou-se benéfica à colonização de novas terras portuguesas, por amansar os seus gentios.

Derivado do direito germânico, o Direito do Padroado (*lus patronatus*) é uma concessão dada diretamente pelo Papa para algumas pessoas ou entidades públicas arrecadarem tributos e ajudarem a organizar o território da Igreja. Abreu (1997, p. 210) define o Padroado como o “privilégio concedido à Coroa de cobrar o dízimo eclesiástico nas conquistas para aí erigir dioceses e sustentar a religião e o culto”.

Para Lima (2001, p. 23) “os governantes, como patronos, gozavam do privilégio de receber dízimos dos fiéis e rendas eclesiásticas. Porém, se lhes tocava exercer alguns direitos na área religiosa, cumpria-lhes erigir e dotar dioceses e paróquias, edificar templos, designar e subsidiar ministros e funcionários para o culto, incrementar missões entre os indígenas e manter os missionários”.

Abreu (1997) define as obrigações da Coroa mais além. Para ele o Estado seria obrigado a “sustentar e difundir o culto; criar paróquias; autorizar a criação de igrejas, conventos e irmandades; edificar ou reparar templos; estabelecer e manter burocracias eclesiásticas; manter ou subsidiar colégios e mosteiros; indicar prelados em suas diversas hierarquias, etc.” (ABREU, 1997, p. 212).

Mesmo sem ter base jurídica, os monarcas portugueses e os imperadores brasileiros passaram a considerar o Padroado não como uma concessão da Igreja, mas como de direito próprio, exercendo-o com demasiada amplitude.

Assim, durante a colonização e o Império, a Igreja, que não possuía muitos recursos para edificar Capelas, contava com a participação do Estado e de pessoas de posses para custear a sua ereção e manutenção. Em contrapartida, o patrono se beneficiava com os dízimos arrecadados.

Essa parceria histórica entre Estado e Igreja trouxe vantagens e prejuízos a ambos. Do lado do Estado, este era obrigado “moralmente” a edificar Capelas ou Igrejas Matrizes nos povoados, arcando com seus custos. O benefício estava em manter sob controle a povoação e contar com os lucros da igreja local.

A Igreja católica, em contrapartida, ficava dependente economicamente do Estado ou das pessoas de posse do povoado, e às vezes, tinha seus assuntos eclesiásticos desrespeitados

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

pelo governo. O benefício para a Igreja estava em não custear a edificação dos templos sagrados.

A relação Estado-Igreja em Portugal já vinha sendo abalada desde o século XVIII e a atuação do Marquês de Pombal. No Brasil, esta relação começou a ser questionada por ambos os lados com a Questão Religiosa, na década de 1870. No entanto, a “lei” do Padroado só foi extinta no Brasil após a proclamação da República, pelo decreto 119-A, de 7 de Janeiro de 1890.

2. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE *VERSUS POPULUM*

Desde a sua institucionalização como credo religioso, no século IV, a Igreja foi aos poucos ganhando espaço no mundo europeu como instituição social, cultural e política.

É fato que as primeiras Igrejas em Roma foram construídas de modo que a sua entrada fosse pelo Leste, e a sua abside (abóboda) estivesse alocada a Oeste. Essa configuração espacial da Igreja permaneceu habitual até o século VI. A partir do século VIII é que o padre se vira para a frente da abside, e não ao povo.

No século XI (a partir de 1073) houve uma verdadeira revolução nos hábitos de muitos padres e monges medievais, culminando na Reforma Gregoriana, que tentou restabelecer os ensinamentos dos cristãos primitivos, ao mesmo tempo que oficializava a celebração da missa como exclusividade dos sacerdotes.

A partir do século XVI e a emergência de novos credos, a Igreja Católica passou a refletir constantemente a respeito dos seus dogmas. No entanto, as sucessivas reformas no que tange à Liturgia Católica foram gradativamente modificadas. Nota-se que, desde 1570, pelo menos, com o edito da Missa Tridentina, já existia dentro da Igreja um processo de mudanças espaciais e litúrgicas. O Missal Tridentino previa a celebração litúrgica em Latim pelo padre, mas também permitia em seis oportunidades, durante a missa, a posição *Versus Populum*.

Molinero (2019) salienta que o interesse por uma liturgia com maior participação popular ganha força no século XIX, especialmente na França, Alemanha e Bélgica. Mas foi realmente no movimento liderado pelo padre alemão Romano Guardini a partir dos anos vinte do século XX, que se fundou a ideia de que “não se participa da liturgia sozinho, mas unido à comunidade” (MOLINERO, 2019, p. 23).

No pontificado de João XXIII (1958 a 1963) foi convocado um concílio para os bispos debaterem o papel da Igreja perante os novos tempos.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

O Concílio Vaticano II foi convocado a 25 de dezembro de 1961, iniciou-se em 11 de outubro de 1962, e, após quatro sessões, foi finalizado em 8 de dezembro de 1965, já no pontificado de Paulo VI, sendo seus editos finais publicados até 1970.

Nas quatro sessões realizadas durante o Concílio foram atualizados e discutidos vários temas da Igreja, resultando em quatro constituições, nove decretos e três declarações.

A constituição *Sacrosanctum concilium* foi aprovada em 4 de dezembro de 1963, e nela vemos as maiores mudanças no que tange à forma do padre realizar a missa (liturgia).

Convém salientar que antes da resolução de 1963, a liturgia católica era realizada por um padre ordenado e seus auxiliares, dentro da Igreja, de costas para o público, que estava sentado de frente para o altar (localizado ao fundo da Igreja, encostado na parede), e toda realizada em Latim, pelo pároco, na posição *Versus Deum* (de frente para Deus) ou *Ad Orientem* (para o Oriente, em direção ao Leste).

Ainda havia uma certa hierarquia ou organização espacial do crente dentro da Igreja, nos bancos que iniciavam à frente do altar e indo até o final da Igreja, com fileiras específicas para crianças femininas, crianças masculinas, mulheres solteiras, mulheres casadas, homens solteiros, homens casados, etc.

O *Sacrosanctum concilium* veio reformular toda essa organização espacial e litúrgica, já tentando adaptar a Igreja ao século XX, e, ao mesmo tempo, tentando resgatar suas raízes comunitárias dos tempos de Jesus Cristo.

Assim, a constituição reformula a Missa de rito Romano, autoriza o uso da língua nacional pelo padre durante a sua realização, o uso da orientação *Versus Populum* (de frente para o povo) pelo pároco, além da participação de leigos. A partir de então, novos altares foram construídos nas Igrejas, no centro desta, e os antigos altares, entalhados em madeira rústica junto à parede, muitas vezes foram destruídos.

No entanto, essas mudanças na Igreja Católica não se resumiram a estar presentes apenas dentro dos templos religiosos. Em vários aspectos, extrapola o prédio e avança no espaço urbano.

3. A ORIENTAÇÃO ESPACIAL DA IGREJA NO ESPAÇO URBANO

A escolha do sítio urbano para a construção da Igreja Matriz da Vila nascente no Brasil Colônia e Império não era uma escolha aleatória por parte dos religiosos. Era, ao

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

contrário, uma escolha objetiva e simbólica, que demonstrava uma aliança entre o poder político do homem branco europeu e sua principal autoridade religiosa, a Igreja Católica.

Desse jeito, podemos notar que a porta principal da Igreja Matriz (igreja mãe) da Vila estava de frente (*Versus Populum*) para a origem da colonização branca europeia, como se estivesse recebendo de braços abertos essa colonização.

Em alguns casos, a orientação espacial da porta principal simplesmente estava de frente para a Vila ou povoado, demonstrando simbolicamente que a Igreja estava de braços abertos para receber o povo, reunindo-os e protegendo-os. Molinero (2019, p. 25) confirma esta tendência ao dizer que “a disposição geral do edifício sagrado deve representar de alguma forma a imagem da assembleia reunida” (MOLINERO, 2019, p. 25).

O fato de que os Adros e praças principais eram usadas como locais de reuniões públicas antes e após as missas, assim como local de saída e chegada das procissões também confirma o objetivo da igreja católica em reunir sob seus braços a população local.

Ao analisarmos o surgimento das Freguesias e Vilas no Rio Grande do Sul, vemos que a orientação espacial da Igreja católica, durante os séculos XVIII e XIX obedeceu a critérios sócio-político-religiosos simbólicos.

Em um primeiro momento, herdando a tradição lusa do Padroado, do traçado urbano ortogonal Pombalino, e ainda as Cartas Régias, a localização da Igreja no espaço urbano estava sempre em local de destaque, pois era sempre o prédio mais alto da Vila. Além disso, estava sempre situado em uma praça só para si (Adro) ou na praça central, juntamente com outros prédios públicos, ou ainda em uma das duas praças urbanas.

A orientação das quadrículas ortogonais no espaço urbano não deixavam muitas escolhas aos Bispos e Párcos locais no momento da escolha da implantação do templo. Sendo assim, como as ruas e quadras foram desenhados pelos engenheiros militares segundo os quatro ventos e sentidos cardeais dominante (Norte, Sul, Leste e Oeste), a Igreja deveria se colocar em um dos quatro lados da praça principal.

A escolha da sua localização reflete o *Versus Populum* na paisagem urbana, uma teoria implícita, simbólica à Igreja e ao povo, que remonta ao século IV.

Uma análise rápida na paisagem urbana dos principais municípios gaúchos, seja *in loco* ou por imagens de satélite, aliado a uma pesquisa histórica das origens desses povoados, mostra que, na maioria dos casos as portas da Igreja Matriz estão de frente para a origem da colonização branca europeia (Portuguesa, Açoriana, Espanhola, Missioneira, Alemã ou Italiana).

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

A escolha da localização do prédio católico cabia ao Bispo da jurisdição territorial eclesiástica (Paróquia), que, durante o século XVIII e XIX, abrangia vários povoados do Rio Grande do Sul, distantes várias léguas um do outro.

Vasconcelos (1997, p. 250-251) comenta que

O Bispado (ou Arcebispado) definia a localização da catedral e das igrejas matrizes, assim como delimitava as áreas territoriais correspondentes (paróquias). Essas divisões em paróquias e freguesias tiveram importância, até o momento atual, nas conseqüentes divisões administrativas das cidades. As igrejas matrizes correspondiam aos núcleos das paróquias (e dos futuros bairros), tendo uma importante função social, tanto no que se refere ao local de encontros e sociabilidade (missas, casamentos, batizados, festas religiosas, peças teatrais, etc.) – sobretudo como possibilidade de saída das mulheres brancas – como no papel de registro civil (censo, batismo, casamentos, etc.).

O mesmo autor define os principais agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras: a Igreja, as ordens leigas, o Estado, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais. Ainda comenta que os Bispos instituíam normas. E os Vigários e Párocos das Igrejas Matrizes e Paróquias realizavam a administração cotidiana das células territoriais menores da Igreja.

Desse modo, conclui-se que a posição da Igreja Matriz na praça principal da Vila era definida após negociações entre o Bispo local, a elite econômica local à época, a elite política colonial à época (governadores e chefes militares) e mais tarde com o Intendente ou a Câmara Municipal.

Rosendahl (1997, p. 122) comenta que “é por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade”. Este território religioso, construído pela afetividade individual e/ou coletiva, pela política e pela cultura, passados dois séculos ainda encontra-se presente no espaço urbano.

Enfim, a atuação Estado-Igreja no Brasil legou ao presente um patrimônio material e imaterial, que atualmente se traduz na busca de uma identidade e pertencimento ao lugar (TUAN, 2012), ou na forma de memórias coletivas.

4. ALGUMAS PARTICULARIDADES DO *VERSUS POPULUM*

Notamos que os traçados urbanos regulares tiveram ampla aplicação na América Espanhola e Portuguesa. Conseqüência disto, a existência de uma ou duas praças centrais nas Vilas Portuguesas eram aplicadas conforme a necessidade local. E nisto, o *Versus Populum* também não foge à regra.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

Notamos que no caso de vários municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul a perfeita orientação espacial do *Versus Populum* em seus quatro sentidos cardeais. Porém, salientamos que somente quatro sentidos não bastam para fornecer a exata localização da origem da povoação ou acampamento inicial da Vila.

Desse modo, geometricamente, a construção do templo religioso ficaria limitada a apenas quatro opções: o Leste, Oeste, Norte ou Sul, todos eles medindo entre si longos noventa graus matemáticos. Desprezaria, inclusive, os outros sentidos colaterais e subcolaterais.

Parece-nos óbvio que no século XVIII e XIX a tecnologia em orientação espacial não era a atual. No entanto, estudos pretéritos mostram que a aplicação de outros modelos de praças centrais, existentes dentro dos planos urbanos regulares, seriam mais eficazes quanto ao correto direcionamento das Igrejas Matrizes.

O maior exemplo seria, a nosso ver, uma praça central em formato de octógono, com oito lados de iguais tamanhos. Para Rhoden (2017, p. 56-57) essa experiência foi aplicada na Espanha, a partir de 1767, inovando seus traçados urbanos ortogonais na região da Sierra Morena. Para este autor, a origem deste tipo de praça estaria na “concepção dos traçados urbanos franceses do século XVIII, mesclada com as tradições espanholas”.

Ademais, a existência no Pampa Gaúcho de Igrejas matrizes que não seguem a doutrina do *Versus Populum*, ou seja, não estão direcionadas para a origem da colonização principal, mostram a desobediência ou ignorância por parte dos Bispos locais e elites econômicas que definiram a localização na Igreja em um dos quatro lados da praça central. Quanto a isso, estudos de casos mais localizados poderão esclarecer caso a caso as regras que foram levadas em conta na localização da Igreja e os grupos sociais que a fizeram.

Por fim, resta-nos comentar que, assim como as Vilas e Cidades Rio-Grandenses nascidas no século XVIII e XIX, constituíram-se em um importante sistema de defesa e posse (*Uti possidetis*) de Portugal em uma fronteira disputada com a Espanha, o conceito de rede simbólica ou religiosa é a melhor aplicada ao *Versus Populum*, sendo esta rede “formal ou informal, hierárquica ou não, periódica ou permanente, planejada ou espontânea, dendrítica ou complexa”, assim como os planos urbanos que caracterizam a cidade moderna, bem como sua escala, “de âmbito local, regional ou nacional” (ROSENDAHL, 2014, p. 192).

O futuro do uso do solo urbano não é previsível, mas resta-nos apenas realizar contrapontos entre o futuro, o uso atual e o uso passado da praça pública e da Igreja Católica no espaço urbano brasileiro enquanto espaço público, de festividades e de sociabilidades, que

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

começou a ganhar vulto no século XX, ligado a interesses políticos, religiosos, culturais e espaciais de cada localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Espaço, enquanto conjunto indissociável entre objetos e ações, ao mesmo tempo em que são solidários, também são sistemas e ações contraditórios (SANTOS, 2009), e que refletem a atuação dos agentes sociais no espaço urbano.

O desenrolar de uma reflexão que aqui se fez mostra-nos o papel que o Estado e a Igreja desempenharam ao longo da história ocidental e brasileira, sob o jugo do Padroado, desde, pelo menos, o século XVI.

Ao instalar o prédio da Igreja Católica junto aos prédios públicos civis na praça central das Vilas brasileiras e gaúchas, o Iluminismo nascente e seus traçados urbanos regulares ortogonais previam a aplicação de um simbolismo particular a cada instituição. Ao mesmo tempo em que o Estado (na representação dos engenheiros militares) destinava uma praça a cada instituição, ou mesmo a mesma praça para as duas instituições, também previu o uso do espaço urbano para as futuras gerações.

A doutrina católica do *Versus Populum*, aqui estudada, apenas reflete o casamento entre Estado e Igreja Católica em tempos coloniais no Brasil, e mais recentemente, no espaço rio-grandense.

Por se tratar de uma herança imaterial no espaço urbano gaúcho, o presente artigo teve a importância de avaliar o espaço sagrado e subjetivo na delimitação de símbolos urbanos, enquanto análise territorial, regional, espacial e local, das forças que assim o constituíram.

A análise específica a cada Vila ou Cidade Rio-Grandense vai mostrar-nos a existência de outras macroformas e do *Versus Populum* em uma análise mais detalhada, legando às novas gerações não só uma Geografia Urbana Histórica, mas também um exemplo de memória coletiva a ser transcrita e preservada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: Explorações Geográficas: percursos no fim do Século. CASTRO, Iná Elias de; GOMES,

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 197-246.

ABREU, Maurício de Almeida. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. In: Brasil: questões atuais da reorganização do território. CASTRO, GOMES, CORRÊA (Orgs.). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. P. 145 – 184.

COELHO NETO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação. Diagramação da Teoria do Signo**. São Paulo: Perspectiva, 1996. Apud ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral, Vol. 4/5, p. 67-79, 2002/2003a.

CLAVAL, Paul. **As abordagens da Geografia Cultural**. In Explorações Geográficas: percursos no fim do século. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 89-117.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSTA, Elmar Bones da; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo. **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

FERRARA, L. D'Aléssio. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988. Apud ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral, Vol. 4/5, p. 67-79, 2002/2003a.

FOLLMANN, F. M.; FIGUEIRÓ, A. S. **Mapeamento de unidades da paisagem na área especial de conservação natural de Santa Maria/RS**. Revista CLIMEP. Rio Claro (SP). Vol. 6, n. 1-2. Dez. 2011.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

GUIRAUD, P. **A semiótica**. 4 ed. Lisboa: Presença, 1993. Apud ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral, Vol. 4/5, p. 67-79, 2002/2003a.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

LIMA, Maurilio Cesar de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOLINERO, Marcelo Antonio Audelino. **O espaço celebrativo como ícone da eclesiologia: para uma teologia do espaço litúrgico**. São Paulo: Paulus, 2019.

MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: Origens e Evolução**. 2 ed. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

ROCCA, Luisa Durán. **A cidade colonial Ibero-Americana: a malha urbana**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ROCCA, Luisa Durán. **Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ROCHA, Lurdes Bertol. **Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico**. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral, Vol. 4/5, p. 67-79, 2002/2003.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço, Cultura e religião: dimensões de análise**. In Introdução à Geografia Cultural. CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. P. 119-153.

¹ Doutorando em Geografia pela UFSM. E-mail: albertoyatesmoroni@yahoo.com.br

ROSENDAHL, Zeny. **O Sagrado e o Espaço**. In Explorações Geográficas: percursos no fim do século. CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial**. In Explorações Geográficas: percursos no fim do século. CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 247-278.

WEIMER, Gunter. **Origem e evolução das cidades Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.